ISSN: 1984-8781 - Anais XVIII ENANPUR 2019. Código verificador: **IRCyKOpUMi5Z** verificar autenticidade em: http://anpur.org.br/xviiienanpur/anais

# CIDADES PRA QUEM? Observando a distopia e projetando o imprevisível (e/ou a utopia) por meio da arte urbana

**Autores:**
Ademir França - Universidade do Extremo Sul Catarinense - urb.ademir@gmail.com
Lucas Sabino Dias - Universidade do Extremo Sul Catarinense - lucassdias@yahoo.com
Evandro José de Oliveira de Andrade - evandroarquiteto@hotmail.com
Marcelo Cabral Vaz - Universidade do Extremo Sul Catarinense - macbral2004@yahoo.com.br

**Resumo:**

Observando a distopia da cidade contemporânea, que se apresenta cada vez mais com espaços divididos e com menores possibilidades de convívios sociais em espaços públicos, e, diante das investigações do espaço urbano, percebemos que a arte no espaço público proporciona uma forma de construir uma ponte com a população. Esta abordagem sobre a espaço urbano caminha não no sentido de impor ou se conformar com consensos pré-estabelecidos, mas de questioná-los de forma dissensual. Afinal, para quem é construída a cidade? O que é e como é ocupado o espaço público hoje? Utilizando da intervenção de arte pública denominada “Im[pé]ssão Corporal: pegadas entre praças”, ocorrida em maio de 2018 em Florianópolis, que proporcionou ao corpo encampar a arte urbana de forma performática, tivemos a condição de vivência e investigação-crítica dos espaços da cidade para poder contribuir através deste texto no estudo e pesquisa da disciplina de urbanismo. Desta forma, a partir dos fatos ocorridos nesta intervenção, sobre a possível criminalização deste tipo de atividade, participamos da criação do 1° Ciclo de Debates de Liberdade e Expressão na UFSC com conferencistas da área de direito, de arquitetura e artes assim como a realização de outra intervenção artística no Seminário Municipal de Arte e Espaço Público.

# CIDADES PRA QUEM?

## Observando a distopia e projetando o imprevisível (e/ou a utopia) por meio da arte urbana[1]

## INTRODUÇÃO

Este texto nasce como trabalho final da disciplina "In(ter)venções urbanas: a arte e arquitetura como construtoras de dissensos" no Programa de Pós-Graduação do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catariana (UFSC)2. Ele nasce também a partir de um conjunto de indagações e reflexões sobre as cidades contemporâneas e as relações entre urbanismo, arte e política, nesta contínua transformação coletiva, pautada pelo projeto do imprevisível. É um texto que ainda se encontra em elaboração, mas que marca uma etapa de um processo de construção de um pensamento.

Utilizando uma intervenção de arte pública denominada "Im[pé]ssão Corporal: pegadas entre praças - Cidades Pra Quem? - In[Ter]venção de arte pública", ocorrida no dia 12 de maio de 2018 na Lagoa da Conceição, Florianópolis – SC, elaborada por um grupo intitulado "CIDADES PRA QUEM?" de qual participamos, intencionamos levantar visões, pensamentos, indagações e sensações que surgem desta experiência pessoal comigo, com o outro e com os outros.

O tema tem um objetivo comum, acerca da discussão do espaço da cidade em suas qualificações espaciais no campo do uso da cidade, considerando os valores e as qualidades da importância do corpo na cidade, como dispositivo potencial de ação de arte urbana performática. Para abrir um diálogo procuramos relacionar em três pontos principais sobre este tema: arte, cidade e política, bem como o potencial de transformação socioespacial imbricado nesta tríade.

> No chão do urbano contemporâneo. A fantasia que determina a espacialização da pólis é dupla: primeiro a pólis se representa como espaço de circulação de sujeitos supostamente livres, principalmente livres na capacidade de circular livremente. (...)
>
> Em segundo lugar, a pólis se representa fisicamente, topologicamente, enquanto um lugar supostamente neutro e, consequentemente, sempre aberto para construção infindável de toda sorte de edificações que

[1] Título adaptado do trabalho do Grupo Interfases de estudantes da disciplina de Projeto Arquitetônico e Urbanístico de 2018 da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC)

[2] Disciplina ministrado pelo professor Rodrigo Gonçalves dos Santos. Disponível em : https://rodgonca.wixsite.com/intervencoesurbanas

> justamente determinam e orientam o urbano como nada mais do que o palco para a circulação dos emblemas do autônomo. (LEPECKI, 2012, p.47)

Ou seja, a cidade como protagonista e também como palco dos acontecimentos; a política como fruto do agir consciente e a arte como ferramenta de costura entre o espaço, o ator e o tempo, participando na construção simbólica e política do espaço urbano. Diante deste universo de possibilidades, de sujeitos diferentes com diversos desejos e propostas para cidade, como pautar as transformações e projetar o imprevisível? Projetar o imprevisível não em termos de como fazer, mas de se deixar fazer, de experimentar, e trazer à tona outras formas sem as certezas prévias reconfortantes do processo previsível, sem a racionalidade e a burocratização do planejamento de todas as instâncias da vida coletiva. Buscando assim aceitar e reconhecer também, o jogo, o lúdico, a arte, e a sua imprevisibilidade como um dos princípios estruturantes da construção da cidade e da vida urbana.

## CIDADE, ARTE E POLÍTICA

Inicialmente cabe aqui pra discorrer do direito à cidade lembrar estas perguntas que Milton Santos (1987) fez no seu livro o Espaço do Cidadão:

> Há cidadãos neste país? Quantos habitantes, no Brasil, são cidadãos? Quantos nem sequer sabem que não o são? (Santos, 1987, p.7)

Ele lembra que quando a gente nasce, todos nós ganhamos uma soma inalienável de direitos. Direito a um teto, à comida, à educação, à saúde, direito ao trabalho e ao lazer, direito a justiça e à liberdade, a uma existência digna, entre outros. (SANTOS, 1987, p.7)

Passados quase trinta anos do seu livro, ainda damos os primeiros passos na construção da democracia, elaboramos uma Constituição em 1988 e aprovamos o Estatuto da Cidade em 2001. Avançamos não só na elaboração de leis que asseguram estes direitos, mas sobretudo percebemos que temos que reclamar e lutar pelos nossos direitos e sermos ouvidos. A democracia e a cidadania se aprendem, se conquistam, se mantem e avançam, pois, são uma construção. Muitas pessoas não a procuram com a mesma determinação, pois as condições e o seu grau de entendimento de construção de mundo não são o mesmo.

E quando nos deparamos com o direito à cidade, nos perguntamos: **O que é a cidade? E cidade pra quem?**

As cidades podem ser entendidas como objetos físicos, ou seja, um espaço físico formado por ruas, prédios e seus respectivos usos e formas, todos distribuídos desigualmente no espaço. A organização do espaço da sociedade adquire, desta forma, uma aparência natural, mecânica ou orgânica, independente do processo de transformação social. E onde a prática social é tida como a simples agregação de preferências individuais, disciplinadas por uma funcionalidade espacial definida por localização (SOJA ,1985).

Podem ser entendidas também como projeto mental, onde as imagens tomam prioridade sobre a substância tangível ou o processo generativo. A organização espacial da sociedade é vista como a projeção de modos de pensar hipoteticamente independentes das condições sócio-materiais de sua produção, ou seja, tomam-se as ideias como independentes da realidade histórica e social (SOJA, 1985).

Ao não vermos a cidade como uma obra coletiva, como um conjunto de símbolos, como um produto de uma sociedade desigual, contraditória e complexa, e também inserida num contexto do modo de produção capitalista, onde os espaços assumem o papel de mercadoria, as duas formas de ver reduzem a construção da cidade e seu planejamento como algo meramente técnico, esvaziando assim a sua dimensão e o uso político, induzindo os cidadãos a transformarem-se em mero expectadores, consumistas e passivos, delegando aos técnicos e planejadores, não apenas sobre a tomada de decisões, mas a discussão necessária para a tomada de decisões sobre a construção da cidade.

A cidade desta forma vai sendo moldada por interesses mercadológicos e/ou onde cada atividade e pessoa tem o seu lugar por uma suposta funcionalidade, gerando um espaço fragmentado, onde a distribuição desigual das pessoas e atividades no espaço vão gerando relações e operações que definem o modo de acessar o espaço e o tempo de cada um (FRANÇA, 2004,p.124). Há uma ênfase da tecnocracia, onde o planejamento se faz de cima para baixo em detrimento da participação política da população. Hoje, por exemplo, pode parecer incrivelmente estranho se falar que as cidades são feitas para os automóveis, porém esta é a realidade urbana.

Nesta realidade, as cidades vão ficando cada vez mais longe da utopia colocada por Carlos Nelson F. dos Santos (SANTOS, 1985), em sua obra, “Quando a rua vira casa”, ao estudar o bairro Catumbi. Nesta obra são salientados aspectos de qualidade da vida urbana, proporcionados pelas relações de vizinhança e nas apropriações dos espaços públicos pela comunidade. Assim, distante desta realidade, a paisagem das cidades para os automóveis está cada vez mais reduzida a um cenário de medo das ruas e dos espaços públicos, ficando cada vez mais distantes das convivências sociais relacionadas aos lugares e suas naturezas. Porém, de certa forma, existem privilégios nas paisagens de bairro de baixa renda, onde o tecido social é mais presente na vida de seus habitantes, em comparação com as realidades dos condomínios fechados, em que há maior distância física nas relações sociais, as quais foram substituídas pelas relações virtuais.

Ou seja, desta maneira a partilha do visível, do sensível da construção coletiva da cidade do visível e do sensível vai sendo garantida por uma ordem que não passa pela política, mas por um regime de visibilidade e do dizível, que determina um local específico para pessoas, impondo limites e constrangimentos para acessar e usar a cidade e consequentemente a sua existência e sua importância na cidade. (RANCIÈRE, 2010 apud LEPECKI, 2011)

A partilha do sensível[3] sem a participação política, é uma ordem normatizada, policial, (muitas vezes legitimado via plano diretor participativo) que institui os modos de ser e dizer, quem faz isto ou aquilo, quem vai ficar próximo ou longe de quem, juntos ou separados. É uma ordem silenciosa, mas que as pessoas ouvem e punem quem não as obedece. Cria-se assim o cidadão normalizado e normatizado, que é controlado, e que vira policial do outro e de si mesmo.

Paralelamente há todo um discurso de concordância geral que vai sendo reproduzido sobre o visível juntamente com a distribuição das atividades via zoneamento, gerando muitas vezes paisagens homogêneas. É o discurso do consenso[4], atravessado por várias escalas e diversos meios de comunicação. Por exemplo: local de trabalhadores é na periferia, perto da indústria e longe do centro. Ou: a cidade é para os carros.

Por outro lado parte da população inverte a mediocridade da experiência superficial de vida proposta por esta cidade e percebe o que LEFEBVRE (1968, 1970) escreveu sobre o direito à cidade não se reduz somente a resolver os problemas de necessidades básicas como habitação, saneamento, transporte, entre outros, mas além disso é a busca da cidade como espaço a ser usado coletivamente, como lugar da pluralidade, da simultaneidade, do encontro e do confronto de ideias, do intercâmbio, da mistura social e funcional; é o direito a não ser excluído da obra, da centralidade e seu movimento, é o direito de fazer parte da cidade, de viver e fazer a história da cidade.

De algum modo no cotidiano (LEFEBVRE,1991 apud VELLOSO 2016 ) através de micro ações que não deixam de ser políticas, todo mundo faz a sua própria crítica à cidade, seja para protestar procurando criar um outro cotidiano contra esta ideologia imposta do conformismo e do descartável, ou para preservar o *status quo* e reproduzir o discurso do consenso, do mais do mesmo.

Outra forma de intervir no mundo visível, do dizível, do sensível, do pensável é através da arte nas suas mais diversas formas. A arte é uma espécie de reserva da subjetividade neste mundo racional, cada vez mais burocrático e normativo. É produtora de transformação social, não necessariamente pela mensagem que carrega, mas sobretudo por ser um dispositivo, por intervir no mundo comum e contribuir para desmanchar consensos e a polemizar a construção deste mundo de discursos dominantes.

A arte, juntamente com a política vai criar o dissenso deste mundo de regime cada vez mais policial. Agamben coloca que "a arte é inerentemente política, porque é uma atividade

[3] "Pelo termo de constituição estética deve-se entender aqui a *partilha do sensível* que dá forma à comunidade. *Partilha* significa duas coisas: a participação em um conjunto comum e, inversamente, a separação, a distribuição em quinhões. Uma partilha do sensível é, portanto, o modo como se determina no sensível a relação entre um conjunto comum partilhado e a divisão de partes exclusivas." (RANCIÈRE,2005, p.7)

[4] Em nome do consenso, muitas vezes padronizasse povos, opiniões, suprimindo a política e a democracia. Segundo Rancière (1996, p. 379) : "O consenso não é simplesmente a opinião razoável de que é melhor discutir do que brigar, e a busca de um equilíbrio que distribua os papéis da melhor maneira – ou da menos má, de acordo com interesses de cada parte. O consenso é a pressuposição de uma objetivação total dos dados presentes e dos papéis a distribuir. É um sistema perceptivo que identifica o povo político à população real e os atores políticos às partes do corpo social."

que torna ativos, e contempla, os hábitos sensoriais e os hábitos gestuais dos seres humanos, e, ao fazê-lo, os abre para um novo uso potencial" (AGAMBEN, 2008 apud LEPECKI, 2011, p.44).

A política deve ser definida literalmente de acordo com Rancière (2010 apud LEPECKI, 2011, p.43) em termos estéticos indo ao encontro da arte. Para ele, a arte operando para além das velhas questões do belo ou do sublime, seria:

> "responsável pela ativação de verdadeiras 'partições do sensível, do dizível, do visível e do invisível', que, por seu lado, ativariam 'novos modos coletivos de enunciação' e de percepção, que, por sua vez e, consequentemente, criariam insuspeitados vetores de subjetivação e de novos modos de vida. Tais partilhas e distribuições do sensível não são apenas pela arte mas também pela política, pois ela também é 'uma intervenção no visível e no dizível'." (RANCIÈRE, 2010 apud LEPECKI, 2011, p.43)

Para Rancière (2010 apud LEPECKI, 2011, p.43) o "elemento" que funde arte e política em um só ser, seria aquilo que ele chama de "dissenso".

> "Se existe uma conexão entre arte e política, ela deve ser colocada em termos de dissenso – o âmago do regime estético" (RANCIÈRE, 2010 apud LEPECKI, 2011). Esse âmago tem uma dinâmica; é em si mesmo dinâmico, cinético, no sentido de que dissenso produz a ruptura de hábitos e comportamentos, e provoca assim o debandar de toda sorte de clichês: sensoriais, de desejo, valor, comportamento, clichês que empobrecem a vida e seus afetos." (LEPECKI, 2011, p.43)

Para Rancière (2010,pg 77) a arte não se configura como política pelo teor da mensagem que carrega ou por ser conscientizadora. Mas é política na medida que possibilita um "livre jogo" entre o artista e o público de forma que traz à tona as operações que influenciam na interpretação daquilo que vemos e construímos, rompendo com a "ordem natural", através do dissenso.

O dissenso para Rancière (1996) é uma ruptura, é uma perturbação, uma modificação singular sobre a própria configuração dos pensamentos, das coisas e das cidades. É o coração da política. A partir do dissenso abre-se uma nova experiência, um novo entendimento, um novo olhar. O dissenso:

> "não é um conflito de pontos de vista nem mesmo um conflito pelo reconhecimento, mas um conflito sobre a constituição do mundo comum, sobre o que nele se vê e se ouve. O dissenso não é a guerra de todos contra todos. Ele dá ensejo a situações de conflito ordenadas, a situação de discussão e de argumentação. Mas essas discussões e argumentações são de um tipo particular. Não podem ser a confrontação de parceiros já constituídos sobre a aplicação de uma regra geral a um caso particular (Rancière 1996, pg 374)

Para Pallamin (2015) a arte tem um papel de desestabilizar certos conceitos cristalizados no imaginário comum, não de forma imagética, mas do ponto de vista das relações sociais:

> "Sendo partícipe da produção simbólica do espaço urbano, a arte urbana – compreendida no plano das relações sociais, e não reduzida a uma dimensão estetizada – repercute as contradições, conflitos e relações de poder que constituem esse espaço. Nesse registro específico de sua tematização, associa-se direta e internamente à natureza constituinte do espaço público, a questões de identidade social e urbana, de gênero, e a expressões culturais que possam ou não nele vir a correr, enfim, às condições de cidadania e democracia." (PALLAMIN, 2015, p.143)

Cabe ressaltar que Rancière e Agamben colocam o corpo e suas capacidades e potências que, através da fusão da arte-política, podem ter a função de perturbar a formatação cega de gestos, hábitos e percepções (LEPECKI, 2011, p.44).

As consequências de tais afirmações sobre arte, política e cidade podem mostrar novas formas de viver, perceber, pensar e planejar a cidade com a participação política de todos, a respeito de temas fundamentais na construção de cidades mais justas e inclusivas, no que diz respeito, por exemplo, ao tema da moradia ou da mobilidade.

## INTERVENÇÕES DE ARTE URBANA

Na década de 1960, ao escrever o livro "Sociedade do Espetáculo", Guy Debord (1997) mostra a nova fase da sociedade capitalista, quando há uma interdependência entre o processo de acúmulo de capital e o processo de acúmulo de imagens. É uma sociedade passiva, alienada, expectadora, onde não há a participação, onde o poder espetacular vai se disseminando por toda a vida social, através da produção e consumo de mercadorias e de imagens, valorizando a imagem e o efêmero, colocando a cultura como mercadoria e geradora de processos de estetização da cidade; há um esvaziamento de conteúdos, uma naturalização das desigualdades sociais. Como pensar e agir, nesse âmbito de uma sociedade espetacularizada e imersa numa cultura de consumo que já estamos vivendo?

O movimento situacionista da qual Debord (1997) fazia parte colocava que o antídoto contra o espetáculo seria o seu oposto: a participação ativa dos indivíduos em todos os campos da vida social, principalmente na cultura, tendo o espaço urbano como terreno de ação e de poesia. Através da construção de situações, de ambiências momentâneas da vida, se chegaria a uma transformação da vida cotidiana despertando o espectador a agir, instigando suas capacidades para mudar a própria vida (BERENSTEIN, 2003, p.21). Ou de acordo com a proposta de Jacques Ranciere (LEPECKI,2011), colocando na relação arte-espaço urbano o dissenso como o real motor do político.

Diante de tal perspectiva, a arte-política feita no espaço urbano, longe do museu associa-se à ideia situacionista e potencializa - devido ao seu poder subjetivo e objetivo - o papel das intervenções negativas ao contrapor-se à cultura puramente afirmativa gerada sem a reflexão e o conflito de ideias.

> "Como prática crítica, a arte urbana associa-se à ideia de intervenção negativa na microescala e acentua tal validade antepondo-se a essa cultura puramente afirmativa que tem sido promulgada e divulgada pela mídia e pelos processos de globalização. Seus moldes de intervenção no espaço público podem estabelecer descontinuidades significativas do ponto de vista cultural, mesmo que perfazendo-se de modo muito discreto, como tem sido a característica de várias intervenções artísticas de caráter efêmero. Um dos pontos de maior interesse de suas realizações é a possibilidade que oferece de contribuir com a desregulação de certos valores aí cristalizados, gerando novas formas de esclarecimento e abrindo novas extensões do espaço vivido''. (PALLAMIN, 2015, p.147)

Potencializada pela ideia de tornar a cidade disponível para todos os grupos, essa prática crítica inclui, entre seus propósitos estéticos, o desafio a certos códigos de representação dominantes, a introdução de novas falas e a redefinição de valores como abertura de outras possiblidades de apropriação e usufruto dos espaços urbanos e simbólicos. Ao adentrar na camada das construções simbólicas dos espaços públicos urbanos, mexe com a percepção e a representação dos imaginários sociais (PALLAMIN, 2015).

Pallamin reforça que a arte urbana:

> "(....) procura enfatizar a via pela qual os valores da arte contemporânea não são vistos separadamente de problemas da vida urbana e cotidiana. Sua concreção estética, as significações e valores com os quais trabalha incitam ao questionamento sobre como e porque os espaços da cidade são determinados, que imagens, representações e discursos são aí dominantes, quais ações culturais contam ou quem tem exercido o direito à fruição, à participação e à produção cultural." (PALLAMIN, 2015, p.144)

Ao enxergar a cidade como um lugar de experimentação e de responsabilidade de cada um, várias pessoas em diversos lugares começaram a se grupar em coletivos pra discutir questões de cidadania, apropriação do espaço urbano e atuando principalmente através de intervenções (e/ou situações) artísticas trouxeram novos modos de pensar a soluções para os problemas urbanos.

Esta nova forma de organização social, quase sempre através de atividades de curta duração, de baixo custo, de microescala e temporária, mostra outra possiblidade de aproximar atividades cotidianas, ação política e apropriação da cidade, e tem sido chamada, em alguns lugares, de urbanismo tático. Segundo Lydon (2015 apud SOBRAL, p.49), o urbanismo tático através de intervenções feitas de baixo para cima, em que a população tem o poder de escolha e de tomada de decisão no espaço público, facilitam na catalisação de mudanças a longo

prazo, realizadas não só por urbanistas, mas por locais através do engajamento social. É um urbanismo gerado pelo usuário e para o usuário.

Muitas das intervenções de arte urbana são como provocações, uma rebeldia criativa para o modo de produzir e planejar as cidades, servindo como forma de desmascarar o processo de planejamento que esconde o conflito da construção da cidade, que privilegia ações para determinados grupos com interesses específicos**.**

Os coletivos de arte, bastante influenciados por outras experiências como os situacionistas, os dadaístas e outros artistas, têm crescido não só em relação aos seus participantes, mas como os lugares de sua abrangência e seus formatos e meios. Os formatos vêm se caracterizando com uma temporalidade singular, criando usos temporários e interinos, valorizando uma poética do instante e do gesto, do precário e do efêmero. Algo para ser produzido, experimentado e vivenciado coletivamente

Muitas vezes a obra fica inacabada e aberta; ela depende da participação e da criatividade do outro. Não existe com plano de utilização, nem indicações precisas, nem modelos pré-estabelecidos - o participante é deixado livre em sua ação. Em vez de criar um espaço para determinado programa de usos e funções, propõe-se o espaço para, em seguida, deixar que sejam descobertos os usos e funções possíveis (BERENSTEIN, 2012).

Mesmo de modo muito discreto e de caráter efêmero, a intervenção - sendo uma aventura no sensível - contribuiu com a desregulação de certos valores cristalizados, gerando novas formas de esclarecimento e abrindo novas extensões do espaço vivido, promovendo uma reviravolta na imediaticidade do espaço habitual ou familiar segundo Pallamin (2015).

# COMO SE FAZ UMA INTERVENÇÃO DE ARTE URBANA?

Como fazer uma intervenção ou a criação de uma situação que muda lugares e pessoas, mas que ao mesmo tempo sabe que um lugar é uma singularidade temporal e histórica, reverberando passados, presentes e futuros (políticos)?

Qualquer obra tem uma carga grande de subjetividade e de criatividade, não existindo receita. A partir das experiências, dos processos que participamos, as primeiras perguntas que surgem sobre a realização de uma intervenção artística, buscando criar dissenso, são: qual o problema, ou sobre o que queremos falar, e para quem e aonde vamos fazer? Depois surgem perguntas secundárias, ainda que estejam todas entrelaçadas, para ajudar na criação: como vamos fazer, qual o tempo para a realização e de exposição, quando vamos fazer, quantos vão participar, quanto vai custar, entre outras.

A fim de responder as primeiras perguntas procuramos entender qual é o contexto político, sócio-espacial/temporal que queremos abordar e em que estamos - isto envolve diversas escalas (familiar, de bairro, da cidade, território, global), diversos públicos (aspectos

sociais, culturais) haja vista que existem questões e problemas que são bastante singulares ou universais.

A leitura do contexto temporal, do que está acontecendo agora em diversos aspectos e onde e porque estão acontecendo é importante para percebermos qual o ritmo, frequência e incidências de determinados acontecimentos, para criar consciência e entender o movimento da realidade, de forma que a intervenção com sua carga semântica, por mais simples e efêmera que seja, possa se instalar no "momento certo", provocando uma mudança significativa desse movimento no tempo e extrair uma essência, conforme Baudelaire (1988, p. 162) o "eterno do transitório". A obra de arte, conforme Bourriaud (2011), "deve contribuir para a produção do seu próprio contexto" e "não é um objeto terminal", e sim "um mero instante em uma cadeia, o ponto de acolchoamento que amarra, com maior ou menor firmeza, os diferentes episódios de uma trajetória".

Quanto ao contexto espacial - que está diretamente ligado ao contexto temporal - entendemos a que uma intervenção possa ser criada em qualquer lugar; no entanto, por outro lado, dependendo do que queremos abordar em termos de contexto temporal, político e social, assim como o público que pretendemos atingir, a escolha do lugar é determinante.

Neste sentido, a forma da cidade, feita coletivamente ao longo da história, com suas ruas, praças e edifícios com seus respectivos usos, todos distribuídos e localizados desigualmente no espaço, tem a capacidade devido a sua configuração morfológica de condicionar o movimento das pessoas e de encontro, atraindo maiores fluxos em determinados locais. Haverá locais mais centrais, mais movimentados ou menos centrais. (KRAFTA 1994, FRANÇA, 2005)

Além do aspecto configuracional da morfologia da cidade, o aspecto tipológico com seus diferentes elementos, principalmente os edifícios, ruas e praças, cristaliza em seus diferentes tipos, de uma certa maneira, a memória e a história da cidade.

Ao compreender os vários tempos cristalizados nos edifícios e ruas e o uso cotidiano dos espaços, pode-se ter, segundo Velloso (2017, p.46), a "experiência arquitetônica ou apropriação que decorre do encontro entre a memória do habitante, e a memória inscrita no próprio lugar" e que só vêm à tona se a ação de uso do espaço significar e penetrar na dinâmica da cidade, mergulhando nos elementos espaciais e objetos que o conformam. Ou seja, a história dos lugares se revela na experiência.

Percebemos que quando se mexe no fluxo do movimento consensual dos acontecimentos, para escapar da aparente "normalidade", quando se toca no uso e na memória das pessoas e dos lugares criticamente e nas suas representações através de uma situação criada, abre-se uma nova experiência, um novo entendimento, nem que seja no infinito do instante, auxiliando em uma tomada de ação, possibilitando o surgimento do sujeito político, não alienado, capaz de exercitar sua potência para o dissenso, de criticar a realidade, possibilitando a transformação.

Conforme Rita Velloso (2017, p.45), usando o vocabulário da arquitetura racionalista "tudo o que se trata numa insurreição é, sem qualquer dúvida, dos corpos trafegando pelos

lugares, corpos experimentando espaços desviados de suas funções primárias, em usos corpóreos dos lugares que não raro serão extrapolações de atribuição programática (ou funcional)".

As intervenções no espaço público podem ser feitas através dos objetos cotidianos, buscando vazios e brechas nas formas mais triviais no tecido sócio espacial, como instalar centenas de flores de papel em um espaço público, colocar um balanço em um viaduto, criar coreografias inusitadas usando o mobiliário urbano, colocar uma lápide em frente a lugares onde tinham edifícios com valor arquitetônico, ou mesmo, caminhar à deriva com um grupo[5].

É interessante observar que mesmo pequenas situações no espaço público - através da arte - têm o poder de nos levar além do óbvio; a ultrapassar o senso comum e vislumbrar novos caminhos para a criação do mundo e das pessoas e apontar ao mesmo tempo a inflexão e o espelhamento como tem sido socialmente construída a cidade. (PALLAMIN, 2015). Daí resulta a relação estreita entre arte e política, cidade e corpo.

## A INTERVENÇÃO DE ARTE URBANA NO BAIRRO DA LAGOA DA CONCEIÇÃO[6]

A escolha da Lagoa da Conceição, e mais especificamente, um trecho da Rua Henrique Veras do Nascimento, entre a Praça B. Silvério e a Praça Pio XV como local da intervenção surgiu durante uma das discussões na disciplina de Ateliê de In(ter)venções Urbanas, a partir de um descontentamento, de uma das colegas, em relação a recente reforma da Praça Bento Silvério. Cogitou-se inclusive que mais de um dos grupos formados na disciplina poderiam fazer intervenções neste espaço.

A Lagoa da Conceição, por ser uma centralidade de Florianópolis, com uma grande movimentação de diferentes pessoas, sempre presente no imaginário dos moradores e turistas, concentra - principalmente próximo a estas praças - uma grande diversidade de atividades, como feiras, artesanatos, restaurantes, mercados, comércio em geral, pontos de ônibus, táxis, terminal de transporte marítimo público, centro de eventos culturais, entre outros.

A principal via do sistema viário para veículos automotivos que atravessa o bairro da Lagoa da Conceição, e que liga a parte leste e oeste da cidade, conectando o centro as praias é rua Henrique Veras do Nascimento considerada pela lei da Paisagem do Plano Diretor da cidade como via panorâmica, mas que corta a relação paisagística da Praça B. Silvério com a orla da Lagoa (Figura 01). Além disto neste trecho é onde que se formam um entroncamento

[5] Exemplos feitos no semestre 1/2018 por diversos grupos na disciplina "In(ter)venções urbanas: a arte e arquitetura como construtoras de dissensos" no programa de pós-graduação do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catariana (UFSC). Ver link revista A(a)MARGEM #03 Disponível em: https://issuu.com/grupoquiasma/docs/revista_3_montagem__completa.compre

[6] Ver vídeo da intervenção (FRANÇA, et al, 2018) de arte pública Im[PÉ]ssão disponível em www.youtube.com/watch?v=xnEgH0epTVc&feature=youtu.be

viário, mal sinalizado, sem faixas de pedestres, que privilegia os veículos e onde os engarrafamentos e conflitos entre pedestres e automóveis são notórios a todo o momento.

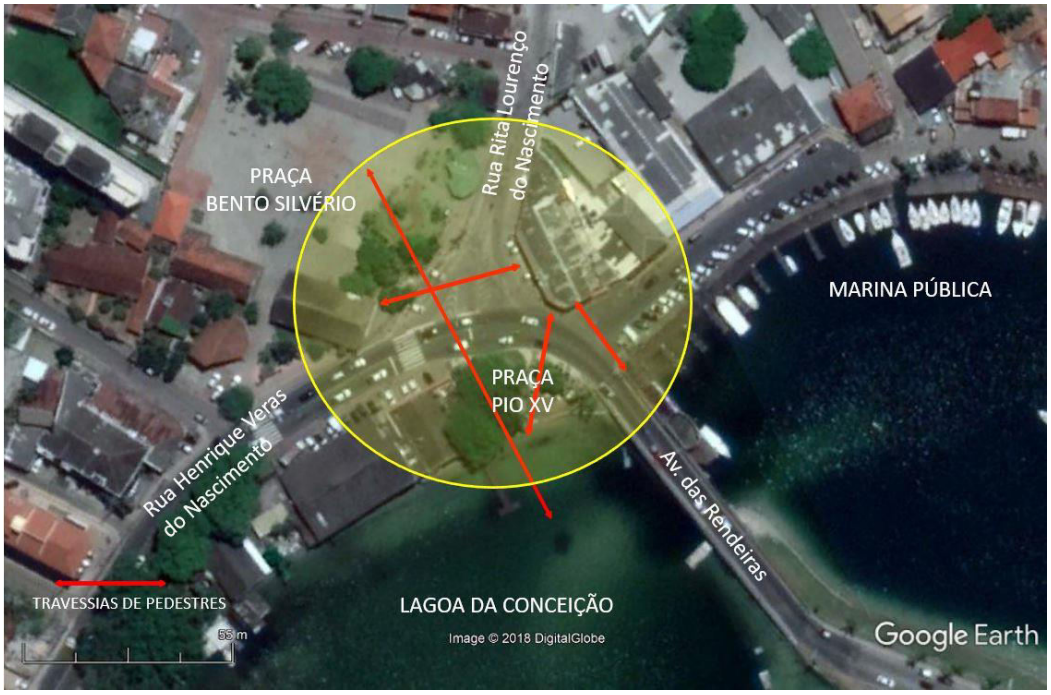



Figura 01: Foto aérea Praça Bento Silvério e arredores. Fonte Imagem: GoogleEarth modificada pelos autores.

Escolhido o local e analisado os vários problemas percebemos que o local "pedia" uma intervenção que fosse à altura da importância de sua localização e de seus problemas. Mas também a nossa intenção era tocar numa questão política importante que mexesse com todas as pessoas no seu dia a dia, não sendo direcionada à um grupo específico e que "servisse de início" para a população cobrar um projeto urbano maior. Não sabíamos exatamente o que fazer; surgiram várias ideias sem importância, mas que iam fazendo parte do nosso processo de criação.

Considerando o local, a escala de abrangência e os diversos problemas urbanos da cidade contemporânea, o tema mobilidade com preferência ao pedestre foi o escolhido. Este tema pareceu interessante a ser abordado, pois transcende a Lagoa, perpassa toda Grande Florianópolis, onde via de regra as calçadas são estreitas, fora de norma ou inexistentes.

Mas o que seria feito? Qual o propósito da intervenção? A questão central foi: como conectar visualmente as duas praças e destacar a importância do pedestre dentro do sistema viário? Algumas ideias começaram a aparecer onde buscávamos enfrentar o transporte individual motorizado usando o próprio meio a ser atacado, inspirados em intervenções como a do Movimento Baixo Centro em 2012, na cidade de São Paulo (MOBILIZE, 2018) cuja a intervenção artística espalhava tinta na avenida São João, centro de São Paulo e o carros pintavam a rua ao passar.

Depois de avaliar o processo de execução de algumas ideias e de visitas ao local, percebemos que a lógica poderia ser outra. Através da valorização do pedestre, e usando o nosso próprio corpo, inverteríamos a lógica do privilégio do espaço público para o automóvel, levantando assim, interrogações de como a cidade está sendo socialmente construída, representada e experienciada. De maneira convicta, do pensamento de inclusão do corpo na cidade e procurando abrir mais caminhos para o processo de reconquista do espaço dos pedestres na malha urbana da cidade, criamos o projeto de In(ter)venção Urbana "Im[pé]ssão Corporal: Pegadas entre Praças. Cidades Pra Quem?" In[Ter]venção de arte pública" que mostra esta preocupação abrangente, enquanto que, ao mesmo tempo, foca na mobilidade.

A proposta da intervenção entre as duas praças retorna à prática usual de ligar dois espaços públicos através de uma faixa de pedestres, porém, esteticamente de uma forma inesperada e inusitada, não realizada através de faixas no sentido tradicional que conhecemos, mas através de uma impressão de faixa de pés com tinta coloridas realizadas pelas próprias pessoas ao caminhar. O propósito da ideia foi marcar de forma efêmera o asfalto - através de pegadas com tinta coloridas à base de cal – à significativa presença de pedestres na rua, os caminhos que comumente fazem ao ir de um lugar para outro, e que não estavam contemplados com faixas de pedestres, assim como sua vulnerabilidade nas atuais configurações da cidade, além de reforçar uma possível continuidade das praças seccionadas pela via de carros, como forma de, sobretudo, valorizar a orla da lagoa.

Para realização da intervenção fizemos incialmente um teste no curso de Arquitetura e Urbanismo da UFSC com tinta e com um protótipo de sandália, colando um pedaço de esponja em um compensado, na forma de sola de calçado. Também um dia antes da intervenção na Lagoa fizemos uma pequena intervenção com dois participantes apenas em uma rua no bairro Morro das Pedras, próximo a uma passagem de acesso à praia e de um ponto de ônibus, para experimentar o diálogo corporal com o público, a relação entre a ação, o espaço e o indivíduo, e perceber, especialmente o tempo de execução, o tamanho de espaço que teríamos que preencher para efetivamente que a intervenção aparecesse na escala dos automóveis e a quantidade de pessoas necessárias.

A intervenção "Im[pé]ssão Corporal: Pegadas entre Praças Cidades Pra Quem?" In[Ter]venção de arte pública" foi marcada para ocorrer na Lagoa da Conceição em um sábado de manhã, às 10 horas, pois procurava ir ao encontro do intenso movimento de carros e pedestres para potencializar o seu significado. A divulgação aconteceu por meio de site de relacionamentos, com a postagem do convite e vídeo. Na fotomontagem para divulgação do evento, procurou-se expressar de forma visual uma das questões importantes da ação artística, a discussão entre os espaços destinados ao pedestre e aos carros. Ainda pensando sobre a relação com o transeunte do local e como poderíamos comunicar de maneira mais clara o que estava sendo reivindicado, foram elaboradas camisetas com a pergunta "cidades pra quem?" impressos cartazes e folders com o nome da ação e a mesma pergunta.

O sábado, data da ação, foi um dia de sol e temperatura agradável, logo sabíamos que o espaço estaria cheio. As tintas chegaram prontas no local e antes do início da ação, foi discutido entre os presentes, onde ficariam as bandejas e os latões de tintas coloridas, que foram colocados na beira do meio fio da Rua Henrique Veras Nascimento. A travessia da rua iniciou-se, efetivamente, por volta das 11 horas, já com grande movimento de veículos e

pedestres e durou, aproximadamente 15 minutos. Os integrantes do grupo atravessaram várias vezes e em várias direções, em especial na Rua Henrique Veras Nascimento entre as duas praças, e em menor intensidade, entre o entroncamento de acesso à Rua Rita Lourenço da Silveira, fazendo parar inúmeras vezes o trânsito de veículos e a movimentação de pedestres curiosos (Figura 02). A intervenção estava aberta para quem quisesse participar, embora de uma forma limitada, pois havia a necessidade de pintar o calçado com tinta, sendo que o material usado para caminhar com esponja ficou restrito aos integrantes do grupo. Mais de 10 pessoas participaram, entre membros da equipe, pessoas que vieram pelo convite e que espontaneamente resolveram participar.

Figura 02 – Fotografia tirada da Rua Henrique Veras Nascimento durante a ação artística na Lagoa da Conceição. Podem-se observar as marcas das pegadas, bem como os latões de tinta e as bandejas junto à calçada. (Foto: Angelita Maria Corrêa)

A quantidade de integrantes do grupo, o movimento de veículos e pedestres nos deixou mais anônimos e com isso mais tranquilos por estar fazendo a “coisa certa no lugar certo”. Percebemos que houve um grande respeito por parte dos motoristas quando entrávamos na rua para atravessar com os pés pintados de tinta. Alguns olhavam e pareciam não entender o que estava acontecendo, outros diziam que estávamos chamando atenção para o pedestre na travessia. Houve apenas um certo questionamento de um taxista quando invadimos com pegadas a área pintada para os táxis no asfalto. Sentimos, por parte dele, a preocupação de estar “invadindo e sujando o seu território”.

Durante a performance sentimos uma sensação de empoderamento, de parar o trânsito, de circular em um local exclusivo para carros, de deixar nossa marca, de realização, de inverter um pensamento dominante e que se confundiu com uma sensação de normalidade como se estivéssemos andando livremente no espaço que é público, como quando éramos crianças e brincávamos na rua como se fosse dono dela. Quem sabe esta sensação não é o papel da arte de “sermos um pouco livres em nós mesmos” como alguém falou.

Também entendemos que a força da ação artística, não estava somente no resultado visual, mas na performance. No ato de grafar com os pés, seu corpo na cidade, buscando o espaço em meio aos carros. Neste sentido, a conexão visual direta e efêmera com o espectador foi compreendida como importante. A metáfora das pegadas, neste sentido, serviu bem. As pegadas são nossos rastros. São uma das fachadas de nosso corpo e dizem muito sobre nós. Não somente características próprias do transeunte, como altura e peso, mas marcam sua transitoriedade, seu ritmo, se caminhou ou se parou, se deu meia volta ou não, qual seu destino? O que ocorreu neste percurso? São como impressões digitais de nossa espécie. Desenhando então, com nossos corpos, o percurso, o desejo de chegar, de dominar o espaço, em uma im[pé]ssão corporal. Cada passo é como a holografia de um ser humano falando "eu passei por aqui" e que pode ser seguida, como quem vai à praia e trilha os passos de outros, carimbados na areia.

Pelo lado técnico, em menos de 15 minutos se fez um estudo, por meio de uma intervenção artística, que dá ao órgão público a exata percepção do que acontece ou está acontecendo nesta via e nestes cruzamentos, possibilitando demarcar por onde as pessoas passam, onde se concentram para a travessia, na injusta disputa com os carros. Mais que isso, chamou atenção para a necessidade de se estudar o local, priorizar o pedestre, conectar as praças e agir com vista a atropelamento zero neste local.

Contudo, apesar dos resultados positivos, houve alguns que apelaram para a denúncia, pois interpretaram a obra como uma intervenção criminosa à ordem do espaço.

## O PÓS-PERFORMANCE: SOBRE DISCUSSÕES E DISSENSOS

A impressão digital de uma parte do corpo sobre a asfalto através de pegadas traz à tona, inicialmente, algo que tudo mundo sabe e sente no corpo, o problema visível de um conflito crescente entre veículos e pedestres e onde há a priorização e a privatização do espaço público para o carro. Ao romper com a naturalização do problema, com o senso comum, com o usual, com a aparente cegueira, surgiram várias rodas de discussões no local após a intervenção, mostrando a necessidade de aprender a ver a cidade e o problema com outros olhos e colocando, através do dissenso, a possiblidade do cidadão agir politicamente e artisticamente.

Os mais nervosos eram envolvidos ou com a associação de moradores, ao menos foi assim que se apresentaram, ou com o ponto de taxi próximo. Mas havia de tudo, curiosos, aposentados que jogavam dominó, pessoas que voltavam de uma corrida ou caminhada, alguns que vinham da feirinha, além de alguns dos participantes da performance. Nesta hora os que falavam mais alto eram os contrários, indignados com o asfalto pintado. Mas haviam também, mais calados é verdade, os que não achavam nada de mais, diziam: "aqui é perigoso mesmo, já vi alguns acidentes" ou "com tanto esgoto sendo jogado na lagoa, vocês vão se preocupar com isso?"

Com a intervenção, o plano consensual da sociedade sobre como se movimentar individual e coletivamente foi quebrado por alguns instantes fazendo com que os transeuntes ou moradores locais, provavelmente pedestres naquele momento, chamassem a polícia para colocar novamente a velha ordem e conduzir dois integrantes da intervenção a delegacia, revelando desta forma a própria ideia de política urbana pra mobilidade e que não vê a capacidade da arte/política de criar possiblidades e experimentos para trabalhar a virtuosidade cívica.

> (...) no caminho da política em ação, no meio do movimento que ousa a coragem de agir e ironicamente partilhando a mesma raiz etimológica, no meio da pólis e da política está aquele ser oscilante entre a lei e a ação, entre a violência que preserva e a violência que violenta, entre o imóvel que bloqueia e o altamente móvel que guerreia. Ou seja, a polícia. (LEPECKI, 2012, p.50)

Percebemos também que a nossa intervenção tocou sobretudo na dimensão política do espaço. De forma efêmera lúdica, inusitada e simples tocou em padrões e valores dominantes em vários aspectos que ultrapassam simplesmente a questão de mobilidade e dos espaços de circulação. Pois a cidade não é só formas, espaços construídos e a circulação de veículos e pessoas; é um espaço de conflito, com diversos interesses, que às vezes não aparecem, e é controlado por forças do estado, sobretudo através da polícia, de leis e também de pessoas que reproduzem a ideia do controle, do vigiar e punir para manter uma aparente ordem e normalidade.

Ao inverter a lógica de prioridade para o veículo, criou-se um incômodo nesta ordem, pois cada meio de locomoção tem o seu devido lugar numa sociedade funcionalista e também por lembrar, lá no íntimo de cada um, que o espaço de circulação não está apenas relacionado com o transporte de veículos, mas com a circulação de ideias, de desejos, de afetos, de corpos, trazendo desta forma tensões que estavam latentes relacionadas à identidade, memória, singularidades locais, direitos, desejos, enfim, de que cidade queremos.

Por um lado, percebemos pelos relatos que o que também incomodou as pessoas foi que “depredamos o patrimônio público”, “através da sujeira sobre o tapete preto”, ou seja, a forma como foi feita a intervenção. Refletindo posteriormente, lembramos que há pouco tempo em Florianópolis, um prefeito havia sido eleito e reeleito com o slogan “operação tapete preto” que prometia levar pavimentação asfáltica em toda a cidade, além de uma solução rodoviarista de 2013 para o mesmo local na Lagoa da Conceição. Embora sejam projetos de uma política passada, a solução para a Lagoa disponível ainda na rede global de computadores[7] priorizando o transporte individual motorizado tem a capacidade de impregnar e se impor no pensamento e no imaginário comum das pessoas até hoje como sinônimo de desenvolvimento, de progresso. Não é uma intervenção efêmera como foi a que

[7] Acessado em: https://www.youtube.com/watch?v=BCjWpN9JDDU

fizemos na Lagoa e que desapareceu em poucos dias, e que tinha a intenção de iniciar um projeto maior que prioriza e preserva a peculiaridade local através do espaço público para as pessoas. São tantos anos de prioridade para os carros, há uma primazia tão grande para ele pela cultura de nosso tempo e pelos meios de comunicação, que o pedestre não se sente com prioridade, ou no direito de requisitar os espaços perdidos.

O debate pelo poder de representar em diversas situações se configura como o debate político hoje:

> "a lógica do mundo social é a da permanente disputa para a definição da realidade, que se manifesta através de tentativas de manipulação simbólica que visam determinar as representações de outros sobre a realidade. Essa disputa do real por diferentes representações indica que o espaço também está na disputa, inclusive ao nível das representações, através da produção material tendo capacidade efetiva de influenciar as práticas espaciais e um modo de ver o mundo." (NOVAIS, 2000)

A escolha do local e conteúdo escolhido colocaram à prova no espaço público, tanto no nível estético como político, como se dá a "partilha do sensível e do visível". O incômodo de "quebrar uma hierarquia" por ter saído do padrão corriqueiro de pedir aos administradores municipais uma solução para o local, ou de pedir a autorização e participação da associação do bairro na intervenção foi levantado pelos moradores. Muitos questionavam por não sermos moradores da Lagoa da Conceição, que não tínhamos o direito de intervir naquele ponto da cidade, logo contra argumentávamos: a cidade é todos.

Algumas ideias que surgiram a partir do dissenso, por mais questionável que seja, por um lado vem ao encontro em reforçar a crítica a absoluta prioridade do carro em nossas cidades, como quando um morador local sugere no auge da discussão em tom irônico "que se tudo mundo pode fazer o que acha que é certo, então ele poderia plantar um coqueiro ali, posso ir lá e plantar?" e aponta para as "ilhas viárias" do entroncamento viário. A intervenção possibilitou a criação de um espaço do imprevisível naquele momento, extrapolando a simples Im[PÉ]ssão, onde se pode discutir questões do direito a cidade e de liberdade de querer e de agir individualmente e coletivamente.

O trabalho artístico e criativo mexe com quem observa, mas certamente altera também quem utiliza desta ferramenta para refletir, na relação sempre presente entre eu comigo mesmo e entre eu, o mundo que me rodeia e seus usuários. Por exemplo, um participante nos explicou como ele viu a faixa de pedestres em relação a faixa de pés após a intervenção, fazendo com que olhássemos o significado do desenho de outra forma e despertando novas indagações da relação do desenho com o conteúdo. Enquanto a faixa de pedestres significa que o carro deve parar, o desenho das listas brancas indica a direção dos carros nas vias e sua prioridade no movimento, resta assim ao pedestre "saltar" sobre as mesmas perpendicularmente. Enquanto que através da faixa de pés percebemos que quem

fica perpendicular em relação à preferência do movimento são os carros, priorizando realmente através do desenho o pedestre.

De qualquer forma, as reflexões suscitadas devem ter reverberado em outros que participaram do dissenso, afinal "a arte de ir ao encontro de alguém produz conhecimento recíproco entre as pessoas que se movem em nosso novo mundo e nos ajudam a imaginar, com elas, uma outra maneira de habitá-lo" (CARERI, 2017).

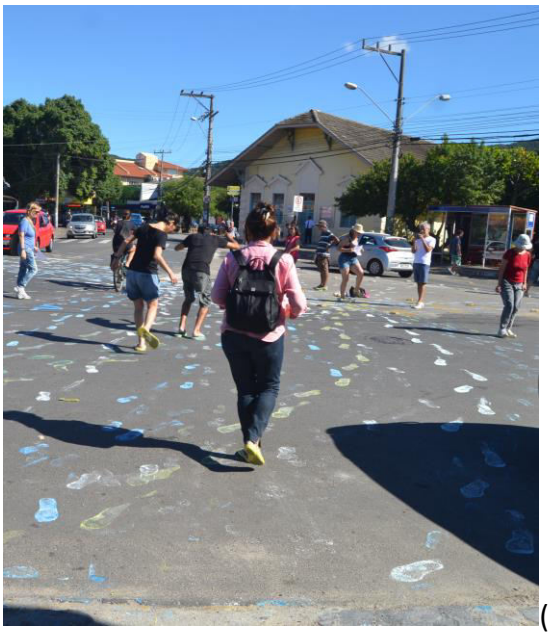
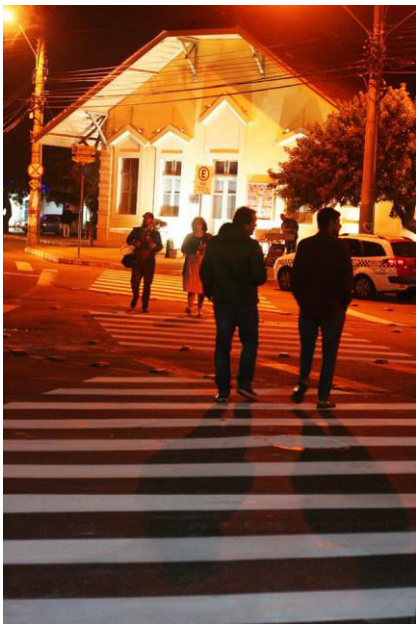

(a)

(b)

Figura 03 – (a) Durante a intervenção Im[PÉ]ssão. (b) Uma semana depois da ação (26/05/2018) foram pintadas faixas de pedestres onde não havia no local sugerido pelas pegadas gravadas no asfalto (Fotos Marcelo Cabral Vaz)

Praticamente duas semanas depois da ação artística na Lagoa da Conceição, a prefeitura reforçou uma série de faixas de pedestre no bairro e no local que a performance aconteceu foram pintadas novas faixas onde não haviam (Figura 03). Gesto aparentemente pequeno, diante do caos que temos que enfrentar, nestas nossas cidades ainda tão rodoviaristas. Contudo, dá-nos esperança diante do nosso papel imponderado de cidadãos conscientes e políticos. É uma dimensão possível de ação que gerou outros desdobramentos, principalmente em função de dois participantes serem levados à delegacia.

## DESDOBRAMENTOS

Os desdobramentos da Im[PÉ]ssão serão resumidos em três eventos distintos: o processo movido pelo Estado de Santa Catarina a dois dos integrantes da intervenção na Lagoa da Conceição, o Ciclo de Debates "1º Liberdade e Expressão: arte e liberdade de expressão nas cidades contemporâneas", que aconteceu na UFSC e o 5º Seminário Municipal de Arte Pública realizado pela Comissão Municipal de Arte Pública de Florianópolis (COMAP)

Trazer o próprio corpo para o centro de uma intervenção de arte pública é uma provocação de mão dupla. Mexemos no espaço, nas pessoas, na cidade e somos mexidos, evidentemente. No caso da Im[PÉ]ssão dois participantes foram levados à delegacia em um carro de polícia. A estrutura "incorporal da lei", como fala Lepecki (2012, p.48), faz-se sentir por meio da polícia, que vive o "ambíguo movimento pendular entre a sua função de fazer cumprir a lei e, a sua capacidade para a sua suspensão arbitrária". (LEPECKI, 2012, p.51).

Os dois participantes foram autuados com um Termo Circunstanciado na Delegacia da Polícia Civil, tendo como testemunhas os próprios policiais, que intitularam, no boletim de ocorrência, o ocorrido como "pichação ao patrimônio público". Foram apreendidos como provas, 4 galões de tinta à base de cal, 1 par de chinelos, 1 bandeja de pintura e 1 esponja de pintura. Os participantes deveriam se apresentar a Comarca da Capital – Juizado Especial Criminal, para responder ao crime descrito ao art. 65 da Lei de Crimes Ambientais-Lei 9.605/98, em razão do uso de tintas que causaram, em tese, degradação do espaço público. Apesar de ser um delito de menor periculosidade, a pena poderia chegar a detenção de três meses a um ano e multa.

A gravidade da situação era clara para os dois envolvidos, afinal havia em curso um processo do Ministério Público Estadual. Contudo, o sentimento era de não aceitar a imposição de parte desta sociedade normatizadora. Poderia ser uma possibilidade de instigar a discussão, agora em outras instâncias, sobre a importância da arte pública e, sobretudo, dos limites da liberdade de expressão. Afinal, como disse um dos advogados que defenderam o caso, a justiça não está na frente da sociedade, mas é construída por meio dos avanços e das discussões levantadas pela própria sociedade civil. Uma articulação começou a ser feita afim de estudar como isto poderia acontecer. A princípio institucionalmente com a UFSC, uma vez que a motivação do ocorrido partiu de uma disciplina de pós-graduação do curso de Arquitetura e Urbanismo da universidade.

A ideia de trazer esta discussão para a instituição, reverberou em um desejo presente na própria instituição, sempre e historicamente comprometida com a liberdade e com a possibilidade de amplificar o dissenso, produzindo com ele conhecimento, transitando nos campos do ensino e pesquisa, mas também no campo da extensão, da relação com a comunidade.

Desta forma, a criação do Ciclo de Debates "1º Liberdade e Expressão: arte e liberdade de expressão nas cidades contemporâneas" não foi somente um desdobramento do ocorrido na Lagoa da Conceição, mas uma confluência de forças diversas. O evento foi uma iniciativa da Secretaria de Cultura e Arte (SeCArte) e do Departamento de Arquitetura e Urbanismo (ARQ), com o apoio do Departamento Artístico Cultural (DAC), da Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PósARQ), da Academia Catarinense de Letras e Artes (ACLA) e da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC). O objetivo seria "debater a liberdade de expressão das intervenções urbanas e ações artísticas no espaço urbano, situando o direito à

cidade nas práticas artísticas e culturais na cidade contemporânea" (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, 2018)

O ciclo surgiu com o intuito de discutir de maneira multidisciplinar os impactos das ações artísticas culturais no contexto urbano e jurídico, relacionado ao livre direito de expressão da arte em espaços públicos, sua influência na cidade e suas consequências no âmbito legal. Procurou-se unir nas mesas os campos da arquitetura e urbanismo, do direito e das artes, participando das mesas professores da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), procuradores do Estado e Federais, bem como alunos de doutorado e profissionais da área das artes e da arquitetura e urbanismo. O título das mesas foi: na primeira "Arte urbana e dissensos na cidade contemporânea", na segunda "Arte, Arquitetura e Cidade: intervenções no espaço público" e na terceira "Arte pública e direito à cidade". Foram 2 dias de evento, no mês de setembro de 2018, no Centro de Cultura e Eventos da instituição federal.[8]

Registramos aqui a síntese final do ciclo de debates, transcrita a partir da fala de encerramento da última mesa do evento, feita pela Professora Dr. Brigida Campbell da UFMG, que fazia o debate e articulação da mesa:

> O evento nasce de uma constatação. De que a noção de público e de liberdade está em risco em nossa atual conjuntura política, econômica e cultural. Partindo deste pressuposto, deste momento histórico, a gente tem esta perspectiva de uma biopolítica, pegando a relação entre política e polícia, que atua sobre os corpos na cidade e atua de forma mais violenta nos corpos "periféricos", que ocupam as estruturas de poder menos favorecidas dentro da cidade.
>
> Nesta conjuntura a universidade tenta se posicionar, para romper a dimensão simbólica que a universidade pode ocupar neste momento, pensando nas relações de ensino e aprendizagem e também na extensão. Para se pensar no papel da universidade dentro e fora da universidade. Imaginando o campo de uma ampliação democrática da universidade (...). Uma Defesa da universidade como espaço democrático. Houve aqui também uma defesa, uma constatação, da arte pública como meio, ou como mediadora, de um espaço discursivo que se dá no espaço público. Foi dito aqui que o espaço público é a materialização da política. Neste sentido, a arte pública, podemos pensar na arte em geral, mas especialmente a

[8] Ver vídeos do Ciclo de Debates 1º Liberdade e Expressão: arte e liberdade de expressão nas cidades contemporâneas disponíveis em: http://secarte.ufsc.br/liberdadeexpressao/assista-os-debates/

> pública, que no nosso caso, serve como mediadora deste espaço discursivo, trazendo espaço de reflexão, espaço de crítica e espaços de experiência.
>
> Pois há também outra constatação pelas falas, da importância do exercício experimental do espaço público, para sensibilidade corpórea humana e também para uma nova imaginação da cidade. Pois nós sabemos que tudo que existe, existe antes na imaginação. Então a capacidade de imaginar ela é muito importante para a gente produzir a transformação política. Porque é no campo da imaginação que a gente pode construir o nosso futuro. E a gente imagina melhor quando a gente experiencia e a gente experiencia melhor, quando fazemos com o corpo. Por isto a importância da defesa dos corpos na cidade. Que os corpos não podem estar cerceados, ou criminalizados, ou violentados. Porque este exercício experimental de liberdade é importante para a gente pensar as relações de poder também (...).
>
> Então acho que o que buscamos aqui é um momento de reflexão, para pensar a possibilidade de uma festa, uma cidade festa. Uma celebração pública e uma celebração do que é público. Mais do que espaço público, mas da noção do público, que está em risco. Do reconhecimento da importância do público, do conceito do público, não só da calçada. Mas de toda a dimensão simbólica da esfera pública, e aí a cidade se expande para as redes de comunicação, para as redes sociais. Então a cidade que falamos não é só a fisicalidade da cidade, mas a sua ampliação no campo discursivo da esfera pública, que vai muito além da cidade e vai muito além do fora, está muito na prática cotidiana e na prática íntima das pessoas, nas trocas íntimas e afetivas. (CAMPBELL, 2018)

Ao final o processo movido sobre os dois participantes da intervenção foi arquivado por “ausência de materialidade”. Segundo os autos proferidos pelo Poder Judiciário de Santa Catarina o motivo foi que as “tintas utilizadas pelos autores do fato eram solúveis em água e desapareceram sem deixar vestígios, em razão das chuvas, não provocando qualquer prejuízo ou dano, de modo que os fatos não configuram o delito em análise”. O interessante é que esta decisão causa, em tese, jurisprudência.

Após o ciclo de debates na UFSC o grupo CIDADES PRA QUEM, foi convidado a participar com a Im(pé)ssão Corporal, na programação do 5º Seminário Municipal de Arte Pública. O seminário é realizado pela COMAP, responsável pela aprovação dos projetos de Arte Pública realizados na cidade de Florianópolis, através da lei Municipal de Arte Pública, prevista no Plano Diretor (lei complementar 482/2014). O seminário teve o objetivo de debater conteúdos da Política Municipal de Arte Pública, como também, promover reflexões

sobre as intervenções artísticas em espaços públicos, acolher iniciativas e divulgar ações de qualificação da paisagem urbana e natural através da arte.

Para a elaboração da programação do seminário e de seus conteúdos, foram realizadas reuniões preparatórias, as quais, oportunizaram uma rica troca de informações entre seus participantes, com relatos das experiências que envolvem a arte pública, arte urbana, arte relacional, arte de rua, grafite, entre outras.

Durante as reuniões preparatórias para o seminário o grupo CIDADES PRA QUEM, levantou a questão sobre o cerceamento, pelo poder público, nas expressões da arte em espaços públicos, que não estão com a devida autorização municipal. Tais autorizações, dependem da aprovação de processo de projeto ou atividade e de pagamento de taxas.

Os processos de aprovação de qualquer ação de Arte Pública pela administração municipal, tratam de maneira igualitária, as expressões de arte de pequeno vulto, com as de maior impacto na cidade, muitas vezes, sem considerar as diferentes abordagens e suas contribuições para os espaços públicos e relações sociais. Assim, as normas para a autorização se dão sem distinção, seja para a prática de uma simples dança na praça, ou um violão tocado em espaço público, como para uma festa que propaga som alto, que pode envolver e atrair o comércio de ambulantes.

Neste modelo legalizado de uso de espaço público, aprovado pela prefeitura, faz com que as expressões da arte sejam conduzidas para meios mais comerciais como solução de se viabilizarem. Além de servirem como limitadores da arte pública e espontânea, que contribuem para as relações sociais dos espaços públicos e a qualificação da cidade.

Durante o seminário de Arte Pública o grupo foi convidado para a realização de uma intervenção em uma escadaria pública no centro de Florianópolis, nos moldes do Im[PÉ]ssão. Neste momento nos deparamos com um impasse, pois a situação e contexto eram outros. A escadaria já era o espaço do pedestre, além de ser necessária uma autorização para fazer. A prefeitura, por meio desta, delimitou um espaço específico onde deveríamos atuar. Ou seja, já estava normatizando e controlando um padrão de intervenção.

Dentro deste padrão no sentido de promover a reflexão sobre o direito à cidade, a mobilidade e a participação do público, inspirados em outros trabalhos, pensamos em fazer o oposto do que fizemos na ocasião da Lagoa da Conceição, ou seja, trazer a ideia do espaço do carro para o espaço do pedestre. A solução foi de levar o desenho das vagas de estacionamento para dentro do espaço da escadaria, com as pegadas no seu entorno, para provocar o questionamento: cidades pra quem? Durante a intervenção as pegadas foram expandidas além da área autorizada para as ruas adjacentes, burlando, de certa forma, a autorização concedida (Figura 04)

Figura 04 – Foto da Im[PÉ]ssão realizada durante o seminário de Arte Pública na escadaria da UBRO centro de Florianópolis. Nela é possível ver as vagas de estacionamento pintadas e as pegadas pintadas na escada, bem como as pegadas que foram expandidas para as ruas adjacentes. (Foto: Angelita Maria Corrêa)

Vimos com esta experiência, mesmo que no seminário fosse debatido o papel da arte no espaço público, a dificuldade que o poder público tem em se relacionar com questões relativas a criação de dissenso. Como lidar com a criatividade e o imprevisível da arte com instituições cada vez mais burocratizadas e normatizadas?

# CONCLUSÕES

Por termos participado ativamente de intervenções de arte pública e seus desdobramentos, percebemos que a arte, os outros e a espacialidade em que estão situados reexaminam os modos de constituição dessas relações, provocando-lhes uma ressignificação em todos os sentidos, incorporado nos nossos corpos uma nova percepção, um novo imaginário e um novo significado. Vemos que abrimos uma possiblidade, uma provocação para pensarmos na construção de uma utopia possível.

O que fizemos não foi só algo pontual ou de uma “irresponsabilidade proposital” do grupo, mas foi sim de levantar o assunto do urbanismo, no caso sobretudo do aspecto da mobilidade na cidade através da arte, assim como pensar a política e a arte em outros termos.

A arte veio na frente, apontando caminhos, levantando questionamentos, desmanchando consensos, procurando mostrar novas maneiras de participar, de ver e fazer a cidade. A intervenção criou um pequeno espaço político de conflitos de ideias, necessário para entender quais as demandas que cada um, com suas necessidades, desejos, valores, com sua própria perspectiva sobre o que espaço público possui e exige, para fazer parte desta sociedade plural.

Isto sempre nos faz refletir, como arquitetos, urbanistas e cidadãos, sobre o nosso papel social na construção das cidades, sobre o papel de nossas instituições (órgãos de planejamento, universidades, prefeituras, polícia, associações de bairros), sobre o caráter participativo da população no planejamento, para evitar as ideias consensuadas, prontas de cima pra baixo e do papel das intervenções de arte urbana. Pois o planejamento, além de ser técnico, é sempre um processo político, passando necessariamente pela democratização das decisões, pela valorização do que é público e pela criação de espaços públicos para o debate, para a geração do dissenso, onde os diferentes projetos políticos poderiam ser confrontados.

O cidadão deve ser despertado para ter um papel ativo na criação do seu mundo, da sua cidade, para imaginar um mundo outro. O risco de ter um espaço organizado até nos seus mínimos detalhes, via projetos urbanos e arquitetônicos de cima para baixo, pode condicionar e inibir qualquer possiblidade de participação e novas estruturações do ambiente pelo usuário (LYNCH, 1997p.160). Através da intervenção, em uma pequena escala, percebemos que o grande desafio para a cidades é planejar de modo democrático, flexível, aberto, capaz de desenvolvimento indefinido, incorporando o **imprevisível**; entendo que a história é uma mistura complexa de determinação e indeterminação, de regras de condicionamento estrutural e de graus de liberdade.

Ou como disse Arendt (1998) que “se possa esperar que o inesperado performe [...] o infinitamente improvável”.

# REFERÊNCIAS

A(a)MARGEM: circulação de ideias sobre arquitetura, corpo e cidade. N. 03. 2018. Disponível em: https://issuu.com/grupoquiasma/docs/revista_3_montagem__completa.compre. Acesso em 18 nov. 2018.

BAUDELAIRE, C. *O pintor da vida moderna*. In: COELHO, Teixeira. (Org.). A modernidade de Baudelaire. Trad: Suely Cassal. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

BOURRIAUD, Nicolas. *Precariedade estética e formas errantes*. In: BOURRIAUD, Nicolas. Radicante: por uma estética da globalização. São Paulo: Martins Fontes, 2011, p. 79-106.

CAMPBELL, Brigida. Arte Pública e Direito à Cidade. In: *1° Ciclo de Debates 'Liberdade e Expressão* - Dia 2.Setembro de 2018. (4:46:00 ao 4:51:20) Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=XEwbBhd6LFc. Acesso em 20 out. 2018.

CARERI, Francesco. *Caminhar e parar*. São Paulo: Gustavo Gili, 2017.

DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro, Contraponto, 1997, par. 29

Fabiana Dultra; JACQUES, Paola Berenstein (Org.). *Corpocidade: gestos urbanos*. Salvador: EDUFBA, 2017.

FRANÇA, Ademir. *Indicadores de desempenho espacial*. Estudo de caso: a cidade de Curitibanos – SC - Dissertação de mestrado – UFRGS, Porto Alegre, 2004.

FRANÇA, Ademir. *Indicadores de desempenho espacial para avaliação urbana*. In: XI Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planjeamento urbano e Regional - ANPUR, 2005, Salvador - BA. Planejamento, soberania e solidariedade: perspectivas para o território e a cidade, 2005.

FRANÇA, Ademir; ANDRADE, Evandro; DIAS, Lucas; VAZ, Marcelo; PALINKAS, Marcelo; FREITAS, Sueme. Im[PÉ]ssão Corporal - Lagoa da Conceição 2018. 2018. (2:30). Disponível em www.youtube.com/watch?v=xnEgH0epTVc&feature=youtu.be. Acesso em 21 nov. 2018.

JACQUES, Paola Berenstein. *Apologia da deriva: escritos situacionistas sobre a cidade*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

JACQUES, Paola Berenstein. *Elogio aos errantes*. Salvador: EDUFBA, 2012.

JACQUES, Paola Berenstein. *Estética da ginga: a arquitetura das favelas através da obra de Hélio Oiticica*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

LADDAGA, Reinaldo. *Parques, passeatas, festivais*. In: LADDAGA, Reinaldo. Estética da emergência: a formação de outra cultura das artes. São Paulo: Martins Fontes, 2012, p. 75-104.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. Tradução de T.C. Netto. São Paulo: Documentos, 1968.

LEFEBVRE, Henri. *La revolucion urbana*. Tradução Mario Nolla. Alainza Editorial, Madrid – Spain, 1970.

LEPECKI, André. *Corepolítica e coreopolícia*. Revista Ilha, v. 13, n. 1, p. 41-60, jan/jun. (2011) 2012.

LYNCH, Kevin. *A imagem da cidade*. Traduzido por Jefferson Luiz Camargo. São Paulo, Martins Fontes, 2006.

KRAFTA, Rômulo. *Modelling intra-urban configurational development*. Environment and Planning B,vol 21, p. 67-82, 1994.

MOBILIZE: *mobilidade urbana sustentável*. Disponível em: http://www.mobilize.org.br/noticias/2776/pneus-deixam-rastros-de-tinta-e-mostram-como-o-carro-impacta-as-ruas-de-sp.html. Acesso em 25 de maio de 2018.

NOVAIS, P. . *Ideologia e representação no planejamento estratégico de cidades*. Cadernos PUR/UFRJ, Rio de Janeiro, RJ, v. XIV, n. 2, p. 143-166, 2000.

PALLAMIN, Vera. *Arte, cultura e cidade: aspectos estéticos-políticos contemporâneos*. São Paulo: Annablume, 2015.

SOBRAL, Laura. *Participar e compartilhar*. Em busca de formas alternativas de organização coletiva. Revista Contraste, n 4 pg 46-53 USP 2016

SOJA, Edward W. *The spatiality of social life: towards a transformative retheorisation* – In GREGORY, D.& URRY, J. (Ed) Social relations and spatial structures. London, MacMillan, 1985.

RANCIÈRE, Jacques. *A partilha do sensível: estética e política*. São Paulo: Editora 34, 2005

RANCIÈRE, Jacques. *O espectador emancipado*. São Paulo: Martins Fontes,2010.

RANCIÈRE, Jacques. O Dissenso. Em Adauto Novaes (Org.). A Crise da Razão (pp. 367-382). São Paulo: Minc – Funarte. Cia. das Letras,(1996).

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Secretaria de Cultura e Arte. *1º Liberdade e Expressão: arte e liberdade de expressão nas cidades contemporâneas*: Sobre o evento. [2018]. Disponível em: http://secarte.ufsc.br/liberdadeexpressao/sobre-o-evento/. Acesso em 18 nov. 2018

VELLOSO, Rita. *Apropriação, ou o urbano-experiência*. Arquitextos, São Paulo, ano 16, n. 189.05, Vitruvius, fev. 2016 <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/16.189/5949>.